

**13º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2022**

**ACORRENTADOS AO RITMO: A EDUCAÇÃO DAS HUMANIDADES DURANTE A DITADURA CIVICO MILITAR BRASILEIRA**

**GREGORY F. NARESSI**

Graduando em Geografia – Licenciatura Geografia, IFSP, Câmpus São Paulo,

[gregory.naressi@aluno.ifsp.edu.br](mailto:gregory.naressi@aluno.ifsp.edu.br). Ciências humanas.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.01.02-9

**RESUMO:** Este artigo discute as mudanças educacionais na área das humanidades ocorridas no período da ditadura civil militar (1964 - 1985). Elaborado a partir de revisão narrativa, a análise documental se debruça sobre Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), disciplinas criadas durante o período, observa ainda a reforma curricular como a tentativa do estado militar de “legitimar” o poder do regime.

**PALAVRAS-CHAVE**: ditadura cívico militar; história da educação; moral e cívica;

**HAINED TO THE RHYTHM: THE EDUCATION OF HUMANITIES DURING THE BRAZILIAN CIVIC MILITARY DICTATORSHIP**

**ABSTRACT:** This article discusses the educational changes in the humanities that occurred during the civil-military dictatorship (1964 - 1985). Elaborated from a narrative review, the documental analysis focuses on Social and Political Organization of Brazil (OSPB) and Moral and Civic Education (EMC), disciplines created during the period, also observes the curricular reform as the military state's attempt to " legitimize” the power of the regime.

**KEYWORDS**: military civic dictatorship; history of education; moral and civic;

**INTRODUÇÃO**

Paulo Freire, patrono da educação, levantou o debate no campo educacional sobre a ideia de “emancipação” estudantil. Emancipação, que nesse contexto, significa uma educação voltada para que os jovens se tornem sujeitos de seu próprio conhecimento, desenvolvendo um maior senso crítico com relação à realidade.

“A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, onde a organiza-ção popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emanci-pação intelectual independentemente dos valores da classe domi-nante.” (FREIRE, 1991)

Por outro lado, nem sempre a emancipação intelectual e política da população foi uma preocupação, nesse panorama o presente artigo discute as mudanças educacionais na área das humanidades durante a ditadura cívico militar. A educação, por vezes foi utilizada como instrumento de controle. Nesse panorama, a partir de o dia primeiro de abril de 1964, golpe militar, as demandas por identificação e igualdade social que a sociedade brasileira estava construindo poderiam constituir um risco para a ditadura civil militar que vinha por seguinte.

A breve vivencia democrática, 1945-1964, amedrontou de tal maneira os privilégios das elites que a perda do discurso dos direitos humanos não representaria um prejuízo. Ao que os militares se instalaram no poder, as elites brasileiras aplaudiram as resoluções que acabavam com as reformas pretendidas pelo governo deposto e roubava os direitos civis e políticos distorcendo o livre exercício do pensamento.

O quer que seja passa a ser político, do teatro a educação, da sala de aula aos livros. O quer que seja passa a ser ameaça ao sistema, da conversa no boteco a religião.

O uso da educação comedido em interesses políticos, foi naquele momento, a maneira que a ditadura cívico-militar encontrou para validar-se e legitimar-se. No sistema de ensino, os conteúdos de estudo social são substituídos pelas indescritíveis propagandas de moral e civismo e difusão de uma organização social e política brasileira.

**MATERIAL E MÉTODOS**

A revisão narrativa foi realizada entre agosto e outubro de 2022 e foi utilizado um banco de dados para realização dessa pesquisa, o Google Acadêmico. Não houve uma determinação de prazo para a procura de bibliografia, levando-se em consideração a deliberação de mapear a temática.

Na base do Google Acadêmico, foram encontrados artigos científicos, teses, trabalho de simpósios dos quais selecionamos três. Para tanto, a palavra-chave usada na pesquisa foi educação durante a ditadura cívico militar, dentro dessa pesquisa foram usados como filtro os títulos que tratavam sobre o ensino de humanidades durante a ditadura cívico militar. Os títulos selecionados constam no Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos que abordam a educação das humanidades durante a ditadura militar brasileira.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Título do artigo** | **Autoria** | **Publicação** |
| O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB, e a ressignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o regime militar | MELO, Francisco Egberto de; TOLEDO, Edilene Terezinha de. | ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina/PR, 2005. |
| Moral e Civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores. | ONGHERO, A L. | Universidade de Campinas, 2007. |
| Educação moral e cívica: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense na década de 1970. | PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti. | Dissertação de mestrado em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2011. |

Fonte: Própria (2022).

Por fim, os títulos selecionados foram lidos na integra e sintetizados. Buscou-se identificar concordância entre as considerações trazidas por diferentes autores.

# RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o aumento do saber polivalente na área de Estudos Sociais, junto com o curto período de formação e consequentemente ao baixa investimento em conhecimentos, surgem as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), criadas pelo Decreto Lei 869/1969 Brasil (1969).

Segundo Onghero (2007), a disciplina de Organização Social e Política do Brasil, já se encontrava presente no currículo educacional do país desde 1962, no currículo do ciclo ginasial. Neste caso, a resolução foi anterior à ditadura militar, mas mostrou-se adequada quando a ditadura cívico militar já estava estabelecida, ocorrendo sua manutenção no conjunto escolar. Estudos como os de Martins (2002) debruçaram-se buscando não apenas marcar sua criação, mas, entender os sentidos políticos que vinham de seu íntimo.

Melo e Toledo (2005) apontam que matérias como OSPB tinham como função legitimar e disseminar o governo, além de educar as pessoas dentro dos princípios do regime. Já os livros didáticos foram esvaziados, ocultando questões sociais, segundo Perucchi (2009).

Ressalta-se que após a redemocratização, a disciplina de OSPB foi extinta em 1993, durante o governo de Itamar Franco. Apesar de referenciar palavras como “democracia” e “cidadania”, OSPB é lembrada nos dias de hoje, como uma disciplina que difundia e propagava o discurso das classes dominantes e governo da época.

Não apenas a disciplina de Organização Social e Política do Brasil foi incluída durante os anos de ditadura, também foi incluída a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), lembrada por parte dos alunos e professores da época.

A disciplina se tornou obrigatória em todas as escolas do país pelo regime a partir do ano de 1969. Conforme Pelegrini (2011), essa matéria se tornou obrigatória pelo Decreto Lei 869/1969 Brasil (1969), que evidenciava levar a educação para um lado cívico e religioso. Esse decreto leva a noção de que essa disciplina deve levar a defesa democrática e espirito religioso, trazendo um foco para a família e comunidade na formação dos “cidadãos” obedientes.

Seu caráter destaca-se por um conceito essencialista, uma visão que busca difundir o espiritual e a busca por uma “verdade”, que se apega aos valores católicos. Onghero (2007) afirma ao estudar livros didáticos de EMC, que eles tornavam os conceitos cristãos como universais e ao apresentarem outras religiões, as descreviam como crença externa e alheia. O próprio Parecer CFE 853/1971 Brasil (1971) mostra que a educação moral deveria ser desvinculada a nenhuma igreja, mas que esta educação não existiria sem a moral religiosa.

As informações colhidas até o momento permitem ter noções a respeito da educação na ditadura cívico militar brasileira que podem encabeçar uma discussão que exponha a questão central deste trabalho. A princípio, é perceptível que os estudos sociais sofreram profundas transformações e tornaram-se um instrumento de poder do regime militar.

A criação destas duas disciplinas já citadas – EMC e OSPB – deu-se em um processo na década de 1960, as duas juntamente com os conteúdos de História e Geografia, agora integradas como a educação das humanidades nos currículos escolares, segundo o Parecer CFE 853/1971 Brasil (1971).

“O ensino de História pode mostrar ao homem que ele é capaz de mudar a sua própria história, mesmo que não seja um herói. Aí ele é levado a pensar sobre si mesmo e sobre as injustiças que o cercam” (LAGÔA. 1991)

Segundo Martins (2014), as mudanças que ocorreram durante o período tinham como função tornar a sociedade da época em uma sociedade disciplinada. Os militares que tanto mudaram, tinham em suas mentes que as organizações estudantis, universidades e o próprio ministério da educação estavam infestados da ideologia comunista. Por isso nessa época, foi ofertado a formação de novos docentes, criação de novo currículo, novos livros didáticos com outras propostas, expurgando a ameaça comunista.

“O programa curricular imposto durante o Regime Militar, com a Reforma do Ensino de 1971, impunha um Ensino diretivo, acrítico, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos, predominantemente políticos e militares, com destaque para os “grandes nomes”, os espíritos positivos que conduzem a História” (LIMA E FONSECA, 2007, p.55)

Além disso, segundo Chauí (1978), o aumento do saber polivalente sucateou a formação de novos professores, já que as portarias permitiram a formação em licenciaturas curtas a formar professores em ciências humanas no prazo de um ano e meio.

**CONCLUSÕES**

O levantamento bibliográfico, realizado na base de dados Google Acadêmico, demonstrou que há escassez de trabalhos atuais que relacionem o ensino de humanidades e a ditadura civil militar. Contudo, os resultados obtidos até o momento por meio das leituras realizadas, ilustram que a educação dos estudos sociais durante os anos de ditadura cívico militar tinha o objetivo de alienar a população e criar uma narrativa histórica e geográfica que “legitimava” o poder do regime.

Segundo Kaufmann e Martins (2009) foi com uma pedagogia que enfatiza o disciplinar que a educação na ditadura militar se consolidou, e ainda no ensino das humanidades uma atenção especial, pois é nela se encontra o maior conjunto de representações sobre o social.

Portanto, ressalta-se a necessidade de investigações acerca da doutrinação durante a ditadura cívico militar, na construção de uma consciência coletiva, bem como a formação de uma identidade nacional que atendesse aos interesses políticos dos dominantes, como forma de repensar o pensamento de toda uma geração formada na época.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1969). **Decreto nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Decreto-Lei Nº 869, de 12 de setembro de 1969. v. 5, p. 209.

BRASIL. Parecer nº853/71, de 12 de novembro de 1971, do CFE. **Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na lei 5692**. In: Documenta nº 132, Rio de Janeiro, nov. 1971.

CHAUÍ, Marilena. **A Reforma do Ensino de História.** Discurso nº 8. São Paulo: FLCH/USP, 1978.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. São Paulo: Papirus,1993

KAUFMANN, C.; MARTINS, M.C. **Ditaduras militares argentina e brasileira: colaborações culturais em educação na década de 1970 do século XX**. In: VIDAL, D. G.;

LAGÔA, Ana. **História: O bonde que a escola perdeu.** Revista Nova Escola. nov.1991

MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem**

**legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF. 2002.

MARTINS, Maria do Carmo. **Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer.** Educar em Revista, Curitiba, nº 51, p. 37-50, jan./mar., 2014.

MELO, Francisco Egberto de; TOLEDO, Edilene Terezinha de. **O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB, e a ressignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o regime militar**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina/PR, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus.** Comissão Nacional de Moral e Civismo, Rio de Janeiro, 1984.

FREIRE, P. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.

ONGHERO, A L. **Moral e Civismo nos currículos das escolas dos oeste catarinense:**

**memórias de professores.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de

Campinas, Campinas, 2007.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB.** Dissertação de mestrado em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2009.

PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti. **Educação moral e cívica: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense na década de 1970.** Dissertação de mestrado em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2011.